



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 894/GM3, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993.

Aprova o Plano de Absorção Gradativa de Encargos de Órgãos do Sistema de Proteção ao Voo (PAGE-SPV/93) e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto no Art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, no Art. 4º do Decreto-lei Nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, e considerando o que consta do Processo M. Aer Nº 05-01/0531/93, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Absorção Gradativa de Encargos de Órgãos do Sistema de Proteção ao Voo (PAGE-SPV/93), regulando e orientando as transferências de encargos para a Empresa de Telecomunicações Aeronáutica S/A (TASA), que com esta baixa, assinado pelo Comandante-Geral de Apoio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se a Portaria Nº 526/GM3, de 09 de setembro de 1991 e demais disposições em contrário.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

PLANO DE ABSORÇÃO GRADATIVA DE ENCARGOS DE ÓRGÃOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO VÔO - (PAGE/SPV-93)

1 INTRODUÇÃO

1.1 Este Plano tem a finalidade de regular e orientar as transferências de encargos relativas a órgãos de proteção ao voo da esfera de competência da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (DEPV) para a Telecomunicações Aeronáutica S/A (TASA).

1.2 A TASA é empresa vinculada ao Ministério da Aeronáutica, legalmente autorizada a prestar serviços destinados a complementar as atividades da DEPV, na sua atribuição de controle do espaço aéreo e telecomunicações.

1.3 O presente documento tem a denominação de Plano de Absorção Gradativa de Encargos de Órgãos do Sistema de Proteção ao Voo e será referido como PAGE/SPV-93.

1.4 O PAGE/SPV-93 estabelece providências, ações e procedimentos relativos à passagem de responsabilidade administrativa, técnica e operacional de órgãos de proteção ao voo da DEPV para a TASA.

2 ORIENTAÇÃO

2.1 Na condução do processo de transferência de encargos de órgãos de proteção ao voo para a TASA, bem como na vigência da jurisdição da empresa sobre os referidos órgãos, serão observados os interesses do Ministério da Aeronáutica e critérios estabelecidos neste Plano.

2.2 Sempre que os indicadores técnicos e operacionais recomendar, em TASA proporá à DEPV estudos relativos ao aprimoramento das instalações e dos serviços dos órgãos que, diretamente, lhe digam respeito.

2.3 A TASA observará a orientação normativa do Órgão Central do Sistema de Proteção ao Voo, no que disser respeito à proteção ao voo e suas atividades afins, de forma a garantir uniformidade de procedimentos dos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Voo (SPV).

2.4 A TASA observará as normas e recomendações dos órgãos centrais dos demais Sistemas do Ministério da Aeronáutica, naquilo que for pertinente à infra-estrutura de aeroportos e aeródromos e tiver impacto direto nas suas atividades básicas de elo do SPV.

2.5 Os órgãos absorvidos pela TASA permanecerão integrados ao SPV e sob a supervisão do Órgão Central, a DEPV.

2.6 Compete à DEPV, diretamente ou através de seus órgãos de execução (CINDACTA/SRPV/PAME/IPV/GEIV/ICA/GCC), a fiscalização técnica e operacional de órgãos de proteção ao voo jurisdicionados à TASA, incluídos os Grupamentos TASA (GTA) e demais elos do SPV e de telecomunicações do Ministério da Aeronáutica.

2.7 Os órgãos sob jurisdição da TASA observarão, no que se refere à coordenação e execução dos serviços, a precedência operacional existente entre os componentes do SPV.

2.8 A administração, manutenção e operação dos órgãos sob a responsabilidade da TASA serão por ela exercidas, independentemente da atuação no local de Organizações do Ministério da Aeronáutica e de empresas e entidades não vinculadas ao SPV.

2.9 Os órgãos sob a responsabilidade da TASA serão administrados de forma a que as despesas de custeio e manutenção de suas instalações, equipamentos e auxílios à navegação aérea, sejam

atendidas com os recursos financeiros da Empresa, sem provimento, pela União, de subsídios orçamentários para tal fim.

2.10 Os investimentos em obras de conservação, instalações, aquisição de equipamentos e modernização de órgãos sob a responsabilidade TASA serão realizados com recursos financeiros da própria Empresa.

2.11 Os investimentos em obras civis e instalações de equipamentos, em órgãos cogitados para transferência (PAGE) serão, mediante prévia coordenação, atribuídos à TASA, observadas as prioridades do Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (PDSCEA) e o Plano de substituição de Equipamentos e Auxílios.

2.12 As transferências para TASA de órgãos e auxílios à navegação aérea só serão concretizadas após a conclusão das obras e a implantação dos equipamentos.

Executam-se, neste caso, os equipamentos e auxílios à navegação aérea constantes do Plano de Substituição de Equipamentos e Auxílios, devendo a DEPV fornecer os novos equipamentos e, a TASA, os serviços de instalação, incluindo os projetos, com a antecedência necessária à orçamentação dos recursos previstos para os empreendimentos.

2.13 As aquisições de equipamentos e suas instalações, quando sob a responsabilidade da TASA, serão de acordo com as normas e especificações da DEPV, visando à padronização de métodos, procedimentos e equipamentos no SPV, além da compatibilização do apoio logístico.

2.14 O dimensionamento dos itens sobressalentes, instrumentos de teste, ferramentas e outros materiais destinados ao apoio logístico dos equipamentos e sistemas sob a responsabilidade da TASA será de sua competência e as aquisições serão ressarcidas sempre que se processarem pela DEPV.

2.14.1 O órgão central de suprimento da TASA deverá estar intimamente ligado ao PAME, como se remoto fosse. As trocas de itens entre os órgãos da TASA e da DEPV serão periodicamente inventariadas para fins de ressarcimento.

2.15 Os bens adquiridos ou realizados com os recursos mencionados nos itens anteriores serão incorporados ao patrimônio da União, segundo o seguinte critério:

2.15.1 Os bens imóveis serão cadastrados pela TASA e submetidos ao controle patrimonial da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, via DEPV; e

2.15.2 Os bens móveis, equipamentos, instrumentos, ferramentas e auxílios à navegação serão registrados pelo TASA e submetidos ao controle patrimonial da DEPV.

2.16 Serão transferidos para a TASA, ou a ela cedidos para uso, desde que não tenham sido cogitados para apoio de Destacamentos de Aeronáutica, os bens utilizados nas atividades do SPV pelos órgãos a serem absorvidos, bem como aqueles destinados à sua expansão, compreendendo-se como tais:

2.16.1 Bens imóveis situados na aérea zoneada para o SPV, ou fora desta e isolados, inclusive residenciais e respectivos terrenos, destinados, ao pessoal do SPV;

2.16.2 Edificações e/ou instalações geminadas e outros imóveis jurisdicionados à Organização do Ministério da Aeronáutica e/ou empresas vinculadas, já em uso pelo SPV; e

2.16.3 Bens móveis, equipamentos e auxílios à navegação aérea.

2.17 A transferência de bens imóveis, móveis, equipamentos e auxílios à navegação aérea, da União para a TASA, não implicará em sua incorporação ao patrimônio da Empresa, cabendo-lhe, legalmente, apenas a sua utilização, guarda e responsabilidade.

2.18 A transferência dos bens imóveis para a TASA far-se-á mediante Termo de Transferência de Imóvel, a ser firmado entre a Organização responsável pelo seu controle patrimonial e a TASA, segundo normas em vigor no Ministério da Aeronáutica.

2.19 A transferência dos bens móveis, equipamentos e auxílios à navegação aérea far-se-á mediante Termo de Entrega e Recebimento do Material Permanente e Equipamentos, a ser firmado entre a DEPV e a TASA, segundo normas em vigor no Ministério da Aeronáutica.

2.20 A DEPV manterá a TASA informada sobre planos e projetos, incluindo aqueles de remanejamento do espaço aéreo e de sua estrutura operacional, sempre que tais alterações se relacionarem com os órgãos sob a jurisdição daquela Empresa.

2.21 Os órgãos sob a jurisdição da TASA atenderão a situações especiais típicas do SPV, de natureza civil ou militar, determinadas pela DEPV, que exijam o seu funcionamento em condições diferentes daquelas normalmente estabelecidas, compreendendo-se como tais: ampliação do horário de funcionamento, reforço do efetivo com pessoal qualificado ou outras providências que o caso assim requeira.

3 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ÓRGÃOS A SEREM TRANSFERIDOS

3.1 Os órgãos a serem transferidos serão selecionados através de estudos realizados pela DEPV e TASA, considerados, prioritariamente, os interesses do SPV e a capacidade da Empresa em recursos humanos e financeiros para dar continuidade ao funcionamento dos órgãos absorvidos.

3.2 Dependendo da complexidade do órgão, a transferência poderá ser efetuada em etapas sucessivas.

3.3 Os órgãos que prestam serviços de interesse predominante-mente militar não serão objeto de transferência.

3.4 Os órgãos que impliquem operação de Centro de Controle de área (ACC), Centro de Controle de Aproximação (APP) e Controle de Aeródromos (TWR) militares não serão objetos de transferência, bem como os órgãos de telecomunicações dos serviços fixos e móvel aeronáutico considerados vitais para o funcionamento dos órgãos acima.

3.5 Independentemente de condições, não serão propostas as transferências de órgãos que, a critério da DEPV, devam permanecer diretamente sob sua jurisdição.

4 TRANSFERÊNCIA E ABSORÇÃO DE ÓRGÃOS

4.1 A proposta para transferência de órgãos do SPV para a TASA será organizada anualmente pela DEPV, em coordenação com a TASA, e apresentada ao COMGAP, que submeterá ao Ministro da Aeronáutica, após ouvir o Estado-Maior da Aeronáutica, que fará a análise dos aspectos estratégicos e político-militares.

4.1.1 A proposta será consolidada sob a forma de programa plurianual e referir-se-á ao segundo, terceiro e quarto anos subsequentes ao de sua apresentação;

4.1.2 As transferências serão programadas de forma gradativa e seus períodos, prazos e datas da absorção definitiva deverão atender às necessidades técnico-operacionais e às peculiaridades e possibilidades das Organizações do Ministério da Aeronáutica e empresas vinculadas envolvidas.

4.2 As transferências serão programadas de forma gradativa e seus períodos, prazos e datas da absorção definitiva deverão atender às necessidades técnico-operacionais e às peculiaridades e possibilidades das Organizações do Ministério da Aeronáutica e empresas vinculadas envolvidas.

4.2.1 As transferências programadas para os anos posteriores constituem indicações de rumos e serão objetos de revisão e atualização, até o dia 15 de abril de cada ano, data limite para apresentação da proposta do programa trienal ao COMGAP, consideradas as novas necessidades do SPV e a experiência anterior adquirida.

4.3 O ato ministerial que aprova o programa trienal e determina as transferências para o seu primeiro ano será publicado até o dia 15 de junho do ano anterior à vigência.

4.4 Após a publicação do ato ministerial referido em 4.3, caberá à TASA, em coordenação com a DEPV, tomar as seguintes providências:

4.4.1 Promover entendimentos com as Organizações do Ministério da Aeronáutica e empresas vinculadas que tenham ligação e interesse no assunto;

4.4.2 Efetuar levantamento minucioso de dados administrativos, técnicos e operacionais relativos aos órgãos em questão, bem como colher informações adicionais úteis ao processo de transferência;

4.4.3 Providenciar recrutamento, formação, treinamento e credenciamento de pessoal que se destine ao exercício de funções administrativas, técnicas e operacionais dos órgãos a serem absorvidos; e

4.4.4 Responsabilizar-se, após efetivada a transferência de um determinado órgão, pela guarda, conservação, manutenção e operação, em todos os níveis, dos bens e equipamentos absorvidos.

4.5 Após a publicação do ato ministerial, caberá à DEPV:

4.5.1 Providenciar, junto ao COMAR de jurisdição, INFRAERO e outras Organizações do Ministério da Aeronáutica, se for o caso, a elaboração de plantas e documentos necessários para definir o zoneamento das áreas que serão transferidas à TASA;

4.5.2 Preparar, em coordenação com a TASA, COMAR e jurisdição, INFRAERO e outras Organizações do Ministério da Aeronáutica, se for o caso, o inventário de bens móveis, imóveis equipamentos e auxílios à navegação aérea que serão transferidos à TASA;

4.5.3 Tomar, em coordenação com a TASA, as providências necessárias junto a órgãos federais, estaduais e municipais, de forma a garantir o desenvolvimento normal do processo de transferência;

4.5.4 Prestar o possível apoio à TASA, através dos seus setores especializados, na formação, treinamento e elevação de nível do pessoal técnico-operacional, visando à garantia da eficiência e padrões exigidos para os órgãos do SPV;

4.5.5 Fornecer, dentro das possibilidades e mediante solicitação da TASA, itens de suprimento técnico, pelo prazo de 01 (um) ano, para órgãos do SPV transferidos, nos casos de Equipamento Não Completante Equipados (ENCE) e Equipamento Indisponível por Falta de Material (EIFM); e

4.5.6 Elaborar, em coordenação com a TASA, os atos administrativos necessários à efetivação das transferências dos órgãos.

4.6 Na ocorrência de motivo imperioso, por parte da TASA, que impossibilite a absorção de

órgão ou órgãos previstos no programa aprovado por ato ministerial, aquela Empresa, tão logo se configure a não absorção, informará à DEPV os motivos que determinaram tal fato, quais as providências tomadas, e apresentará sugestões para a retomada ou cancelamento da transferência.

4.7 A transferência de jurisdição administrativa, técnica e operacional de cada órgão será objeto de portaria ministerial específica.

4.7.1 A transferência de um órgão do SPV para a TASA só será efetivada após um processo gradativo, atendidos os prazos e programas de adaptação ao órgão considerado, a critério da DEPV.

4.8 Durante o processo de transferência e até que a mesma se efetue por completo, o órgão local da TASA será ativado como Núcleo de Grupamento TASA (NuGTA), sob controle técnico-operacional do DPV em absorção, até a conclusão do processo.

5 LEVANTAMENTO DE DADOS

5.1 A TASA, em coordenação com a DEPV, o COMAR da jurisdição, INFRAERO e outras Organizações do Ministério da Aeronáutica, se for o caso, efetuará o levantamento de dados administrativos, técnicos e operacionais, necessários ao planejamento da absorção de cada órgão.

5.2 Esse levantamento será tão minucioso quanto possível, devendo incluir, entre outros, os seguintes itens:

5.2.1 Delimitação de área de terreno que deverá passar à jurisdição da TASA, bem como a elaboração de plantas e respectivos memoriais descritivos;

5.2.2 Determinação de dimensões, características, data e custo de construção ou preço de aquisição ou, ainda, avaliação, estado de conservação e condições de utilização dos bens imóveis que devam se transferidos à TASA;

5.2.3 Informações relativas ao sistema de energia elétrica, instalações hidráulicas e sanitárias das diferentes dependências do órgão;

5.2.4 Relação contendo especificações técnicas, estado de conservação e funcionamento, preço e data de incorporação de equipamentos elétricos, eletrônicos, mecânicos, teste, veículos, embarcações, ferramentas e qualquer outro material permanente que deva ser transferido à TASA;

5.2.5 Indicações de outros serviços e facilidades existentes no local, bem como de meios de transporte aéreo, terrestre ou aquático que o servem; e

5.2.6 Coleção de plantas, mapas, croquis e recursos visuais que ajudem a retratar a situação, de conjunto ou particular, dos bens móveis e imóveis locais.

5.3 Durante a fase de levantamento de dados, o Ministério da Aeronáutica, através da DEPV, proverá, dentro das possibilidades, os meios aéreos militares necessários aos deslocamentos das equipes técnico-operacionais envolvidas.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Na composição dos documentos relativos à transferência de bens imóveis, pertencentes à União e que se destinem à guarda e responsabilidade da TASA, serão observados a legislação patrimonial relativa ao assunto e os dispositivos constantes na Norma do Sistema de Patrimônio do Ministério da Aeronáutica (NSMA 87-1).

6.2 Em princípio, a indisponibilidade de algum dado previsto para a composição de documentos não deverá prejudicar o andamento normal do processo de transferência de bens, sendo assinalados os itens e situações pendentes e tomadas as providências para sua regularização junto às organizações competentes.

6.3 A ativação ou desativação de modalidades de serviços, prestados por órgão do SPV sob a jurisdição da TASA, será decidida pela DEPV em coordenação com aquela empresa.

6.4 A DEPV, a TASA e outras organizações do Ministério da Aeronáutica, quando for o caso, celebrarão, mediante instrumentos apropriados, acordos administrativos, técnicos e operacionais no sentido de assegurar o melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais relacionados com o órgão objeto da transferência/absorção.

6.5 As indenizações relativas à prestação de serviços, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, bem como aquelas decorrentes da utilização compartilhada de serviços de terceiros, serão estabelecidas de comum acordo entre as partes envolvidas

6.6 A TASA participará, em sua esfera de competência, dos planos operacionais estabelecidos pela administração do aeroporto/aeródromo no qual exerceu suas atividades.

6.7 Caberá à TASA tomar as providências administrativas e judiciais concernentes à garantia da integridade e uso adequado dos bens patrimoniais sob sua guarda e responsabilidade, além de notificar o COMAR de jurisdição da ocorrência de quaisquer irregularidades.

6.8 Ocorrendo a desativação de um órgão sob jurisdição da TASA, após a aprovação da DEPV, os bens móveis, imóveis, equipamentos e auxílios à navegação aérea reverterão à organização responsável pelo seu controle patrimonial.

6.9 A qualquer tempo, o Ministério da Aeronáutica, a seu exclusivo critério, poderá determinar a revisão do presente PAGE/SPV-93 e/ou a reversão para a DEPV de órgão anteriormente transferido para a jurisdição da TASA.

6.10 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

(a) Ten.-Brig.-do-Ar - ENIR DE SOUZA PINTO
Comandante-Geral de Apoio